

## Classes, Interesses e Exploração: Comentários a um debate anglo-americano \*

Antonio Sérgio Alfredo Guimarães

As classes eram uma realidade viva nas sociedades ocidentais, no século dezanove — uma referência do senso comum, ao invés de conceito científico (Gray, 1976). Eram, na verdade, uma noção ideológica burguesa associada aos ideais de igualdade e liberdade, até que os críticos socialistas, principalmente os marxistas, veicularam a idéia de que se tratava de construções históricas, não-naturais, baseadas em relações de exploração. A noção de classe, portanto, se transformou de realidade transparente, no século passado, em um conceito controverso cuja utilidade, realidade e sentido são considerados incertos para o imaginário coletivo. O que aconteceu? Teria o fato empírico das classes desaparecido com o desenvolvimento capitalista? Teria o conceito teórico perdido contato com a realidade empírica?

Qualquer resposta a essas indagações, entretanto, deve começar por elucidar os pressupostos, implicações e significado do conceito de classe social. Deve, principalmente, esclarecer o que torna essa noção imprescindível para um certa Sociologia, que recusa enfaticamente a sugestão de que as classes perderam importância com a evolução do capitalismo. Restringir-me-ei,

todavia, a examinar uma bibliografia recente, responsável pelo vigor acadêmico que o marxismo ainda ostenta no mundo anglo-saxônio.

### Classes Enquanto Categoria Analítica

O uso da palavra 'classe' remonta ao censo romano (Dahrendorf, 1953:3). A palavra tem, portanto, um sentido estatístico e taxonômico que antecede o seu significado sociológico. Além disso, em seu significado sociológico, a palavra é empregada em dois contextos teóricos distintos: nas teorias de estratificação social e nas teorias propriamente de classe. Nas primeiras, classe é uma variável *de graduação*, um conjunto de atributos a variar ao longo de um *continuum*. Nas últimas, classe é uma variável *de relação*, que agrupa sujeitos partilhando certas propriedades só significativas quando relacionadas a outras propriedades que definem outros agrupamentos (Ossowski, 1964; Wright, 1979).

Distintos *explananda* correspondem a tais contextos teóricos: as teorias de estratificação social tentam explicar as propriedades e o comportamento dos indivíduos através das variáveis de *status*, ao

\* Este artigo foi apresentado, em versão preliminar, ao IV Encontro de Ciências Sociais do Nordeste, em Salvador, novembro de 1989. Agradeço a João José Reis e a Nadya Araujo Castro a leitura cuidadosa e os comentários feitos ao texto.

passo que as teorias de classe procuram explicar a ação coletiva em termos de características partilhadas pelos sujeitos envolvidos na ação (Elster, 1986). As teorias de classe têm em comum a ênfase que põem na esfera produtiva da sociedade como meio de explicar o comportamento individual e coletivo. Diferenciam-se, entretanto, em duas correntes principais: uma, de inspiração weberiana, é individualista, tanto em termos metodológicos quanto em termos ontológicos; a outra, de tradição marxista, é principalmente estruturalista e totalizante.<sup>1</sup> Assim, porque a primeira delas concebe a ação coletiva como um resultado casual, específico e contingente de ações individuais, as classes não são consideradas como necessariamente centrais à explicação sociológica. Ao contrário, valores, como o prestígio social, são considerados bases mais comuns para a ação coletiva que a situação de mercado. De modo semelhante, porque a corrente marxista concebe os indivíduos como "portadores" de propriedades que são definidas ao nível da estrutura social, as classes têm necessariamente, primazia na explicação da ação coletiva.

No marxismo, as classes são forças que explicam o desenvolvimento histórico das sociedades. Nos termos clássicos, a base da ação coletiva jaz nos interesses comuns originados na esfera da produção econômica, ou seja, nos *interesses de classe*, e na capacidade coletiva de realizá-los, isto é, na *capacitação de classe*. Interesses de classe,  *todavia, só podem ser realizados quando os indivíduos adquirem uma consciência de classe*. A constituição de indivíduos que compartilham uma mesma posição na esfera produtiva (*estrutura de classe*) em força coletiva chama-se de processo de *formação de classe*. Este processo, portanto, inclui tanto a constituição material quanto a constituição política e ideológica dessas posições estruturais.

Marx pretendeu ligar a sua teoria das classes a teses bastante específicas<sup>2</sup>. Essas teses se relacionam claramente com sua teoria da história e com seus postulados políticos. O marxismo clássico definiu classes sobretudo em termos de posições na *estrutura produtiva e de relações sociais de produção*<sup>3</sup>. Os interesses de classe, que correspondem à estrutura de classe, são considerados *objetivos, no sentido de que são independentes tanto da percepção individual, quanto da percepção coletiva produzida através da interação de percepções in-*

dividuais. Os interesses de classe são derivados dos "lugares vazios" de uma estrutura social de produção. Neste sentido, os interesses antecedem a formação das classes, constituindo-se mesmo no catalisador da sua organização. Portanto, classicamente, o marxismo encara a formação das classes como um processo em dois tempos. Primeiramente, há uma mudança na estrutura econômica da sociedade produzida pelo desenvolvimento das forças produtivas. Em segundo lugar, ocorre o processo pelo qual os indivíduos que compartilham posições estruturais semelhantes se tornam conscientes dos interesses que correspondem a estas posições, organizando-se conseqüentemente com a finalidade de exercerem uma ação política adequada a tais interesses. O mediador entre esses dois tempos são os partidos políticos — os *príncipes modernos* (Gramsci, 1978) —, sujeitos históricos por excelência, que amalgamam as consciências e forjam a capacidade de ação dos indivíduos, transformando-os em classes.

Essa concepção parece insatisfatória em vários aspectos:

i) reduz analiticamente a problemática de constituição dos sujeitos à problemática da ação política partidária; ii) antecipa de algum modo o conteúdo da consciência de classe, assumindo uma relação causal simplificada entre base produtiva e superestrutura política e ideológica; iii) pressupõe que os interesses de classes, uma vez percebidos, se transformam naturalmente em ação coletiva; iv) sugere que os interesses de classe são definidos apenas em termos de *exploração econômica*, eludindo, portanto, a *sua construção social*.

No restante desse texto, examinarei os desdobramentos teóricos recentes em torno dessas quatro questões.

### Objetividade e Subjetividade

No marxismo clássico, a noção de objetividade refere-se normalmente a fenômenos estritamente materiais ou relacionados à produção, enquanto a noção de subjetividade refere-se ao plano da ação política. Sujeitos individuais são incapazes, em princípio, de percepções objetivas de situações coletivas. Percepções adequadas são concebidas como possíveis apenas por um processo de objetivação científica, ou através da constituição de sujeitos coletivos capazes de ação política.

Os clássicos depreenderam a objetividade dos interesses, seja das relações de produção, seja das leis que governam o desenvolvimento do modo de produção. O convencionalismo de tal definição foi desafiado por vários marxistas contemporâneos, que demonstraram o papel desempenhado por elementos políticos e ideológicos na estruturação dos modos de produção e das formações sociais (Althusser, 1967; Balibar, 1972; Poulantzas, 1973). Para eles, não apenas as relações de produção, mas todo o leque de relações sociais — econômicas, políticas e ideológicas — seria estruturalmente objetivo, no sentido de que seus efeitos determinariam as fronteiras de classe. Desse modo, as condições *materiais*, i.e., aquelas relacionadas às forças produtivas, e as condições *econômicas*, i.e., aquelas relacionadas às relações de produção, não seriam mais que um conjunto particular entre outras condições objetivas que definem as classes. Como esses autores enfatizaram, outras condições seriam também objetivas, tais como o tipo e a forma do Estado, e a ideologia através da qual o mundo social é percebido pelos indivíduos, posto que a realidade social nunca é diretamente dada aos nossos sentidos.

Foram esses mesmos autores que empreenderam uma investigação sistemática da relação entre o reducionismo econômico e o oportunismo político dos partidos comunistas. Mantiveram, por isso mesmo, o pressuposto básico de que o Partido é a classe, o Sujeito objetivado.

De fato, toda análise marxista, até aqui, tinha por objetivo definir leis gerais que explicassem mudanças na estrutura de classe, matriz sobre a qual se constituiriam os elementos políticos de vontade e de consciência. Essas condições consubstanciariam as estratégias e as táticas de ação — a política de formação de classe, o sistema de alianças, os objetivos partidários. A análise visava dotar o Sujeito (pressuposto) de consciência objetiva e não explicar os sujeitos (coletivos) realmente existentes.

Os acréscimos teóricos e as críticas dos marxistas estruturalistas não foram, todavia, de pouca importância. Em consequência dessas discussões, estabeleceu-se firmemente a idéia de que as classes não podem ser definidas apenas ao nível da produção material. Se as classes não existem previamente às práticas políticas e ideológicas; se as classes são, ao contrário, de-

finidas por essas práticas, então elas só podem ser constituídas pelo conjunto das estruturas objetivas que delimitam as práticas sociais (Poulantzas, 1973; 1978).

A crítica dos marxistas franceses, todavia, restringiu-se apenas a alargar a noção clássica de objetividade, assimilando-a à noção de estrutura. A própria noção de "luta de classes" em Poulantzas (1978) não passa de uma tradução, para situações conjunturais, da noção estruturalista de "contradição objetiva". Coube a outros notar que essas estruturas objetivas não poderiam, por si sós, esgotar a definição de classes, posto que estas são definidas e formadas através de práticas sociais, i.e., através de lutas que antecedem logicamente as relações entre classes constituídas (Thompson, 1958; Przeworski, 1977). Desse modo, só a partir da plena aceitação da realidade fenomenológica dos indivíduos e dos coletivos de indivíduos, o marxismo pôde descartar a pressuposição de um Sujeito e, em consequência, colocar-se como objeto de investigação a constituição de sujeitos.

Assim, a crítica estruturalista à estreiteza da noção de objetividade transformou-se, com Thompson, na conclusão de que as classes, longe de serem categorias *a priori*, são o resultado de relações sociais que se expressam através de lutas e conflitos. Ora, se é verdade que as condições objetivas existem não apenas como *estruturas* mas também como *práticas*, para não reduzirmos as últimas às primeiras devemos concluir que mesmo o conjunto total das condições estruturais não é suficiente para formar uma classe social.

De fato, tais condições apenas exprimem a noção de *estrutura de classe*. Isto porque, se as classes são o produto das lutas de classe e se o resultado dessas lutas não está totalmente determinado, então as condições estruturais, por si sós, parecem incapazes de exaurir todas as possibilidades de formação das classes. Assim, os resultados dos conflitos e das lutas de classe têm que ser conceitualmente concebidos como indeterminados, dentro de certos limites, se quisermos preservar a noção de ação humana em seu sentido pleno. Se permanecermos restritos ao terreno objetivo da explicação, devemos, ainda assim, admitir tanto as contingências históricas, quanto as condições subjetivas que influenciam os resultados da ação, diluindo a certeza das antecipações teóricas. É

por isso que, do ponto de vista dos sujeitos, uma estrutura de relações sociais é sempre uma estrutura de escolhas, um leque de ações opcionais.

A crítica à noção de objetividade no marxismo clássico enseja, portanto, duas contribuições importantes. Primeiro, a idéia de que a formação das classes é determinada tanto por elementos estruturais objetivos, os quais não se resumem a fatores econômicos, quanto por elementos subjetivos, os quais não são determináveis *a priori* mas são histórico-contingentes. Segundo, a idéia de formação de classe enquanto processo contínuo de reorganização, no qual nenhuma classe está constituída de modo definitivo, senão que resulta de conflitos sociais cujo desenvolvimento é largamente indefinido.

A noção moderna de objetividade refere-se, portanto, a fatores que, por suas propriedades, existem independentemente da vontade, da percepção ou do conhecimento dos indivíduos tomados isoladamente. Entre esses fatores se incluem aqueles que dependem do conjunto geral das percepções coletivas. Desse modo, com referência à explicação de uma dada prática, tanto a subjetividade de outros atores sociais quanto a decorrente intersubjetividade do coletivo, tornam-se plenamente objetivas, *no sentido de possuírem a virtualidade de delimitar, em cada ponto do tempo, um terreno de possibilidades para o resultado das ações coletivas* (Przeworski, 1977).

Extremamente útil para preservar a doutrina materialista do marxismo face a essa noção "pluralista" de objetividade é o recurso à distinção, introduzida por Cohen (1978), entre fatores materiais e fatores sociais. Os primeiros seriam aqueles que se referem às forças de produção, enquanto os últimos se referem à organização das relações de produção. Para Cohen, material significa mais que "físico" ou "natural" abrangendo também componentes mentais que se incluem entre as forças de produção, tais como ciência, tecnologia e talento. Em outras palavras, trata-se de elementos que não são necessariamente prévios, ainda que sejam primários em termos da explicação lógica, mas que podem ser produto de relações sociais, como a ciência. O uso desta distinção torna compatível a defesa da primazia funcional dos fatores materiais na explicação do desenvolvimento histórico, tese fundamental ao materialismo histórico, com a objetividade das determinações sociais.

Assim, quando alguns marxistas analíticos argumentam que as classes têm primazia explicativa na análise sociológica, eles estão de fato afirmando que os conflitos de classe têm mais que meras conseqüências contingentes sobre a história: os resultados desses conflitos seriam a instância que define e redefine toda a base material da sociedade. Seria esta base material que delimitaria os resultados de outras lutas entre grupos com interesses também antagônicos, como aqueles referentes à etnicidade, ao sexo, à religião e ao mercado.

Três afirmativas estão implícitas na defesa da primazia explicativa das classes: i) os conflitos de classe e o desenvolvimento histórico guardam sistemática correspondência entre si, no sentido de que "condições herdadas do passado determinam o âmbito das transformações possíveis destas mesmas condições num momento particular" (Przeworski, 1977); ii) essa determinação não pode ser equacionada como unidirecionalidade do desenvolvimento histórico; iii) há uma relação sistemática entre os atores envolvidos nesses conflitos e as posições que eles ocupam no sistema produtivo.

Esta última afirmação parece fundamental, tanto para a tese da primazia das classes, como para o marxismo em geral. É entendida pelos "analíticos", no entanto, não como uma defesa exclusivista do caráter objetivo da produção material, mas como um pleito de que a base material das classes é de algum modo central para os efeitos que terão os conflitos sociais sobre o desenvolvimento futuro da sociedade. O cerne da teoria marxista das classes, tal como reconstruída por Wright (1985), encontra-se justamente na afirmação de que o desenvolvimento das forças produtivas é a base material para todas as relações sociais e que este processo segue uma trajetória que pode ser apreendida em termos científicos. A este respeito, a diferença entre o marxismo clássico e o moderno consiste apenas nos termos em que as leis científicas são concebidas, se em termos deterministas ou probabilísticos.<sup>4</sup>

Comprometer-se com uma concepção probabilística e tendencial do materialismo histórico significa, para Przeworski (1988), aceitar que é a ação humana que determina, dentro de limites chamados estruturais, o desenvolvimento das forças produtivas. Conseqüentemente, esse desen-

volvimento não é um processo que possa ser apreendido apenas em suas determinações estruturais. Assim, são as conjunturas históricas (Althusser, 1967), os níveis mais apropriados para se analisar o modo como as classes-em-luta definem seus interesses, elaboram um projeto e avaliam suas possibilidades. Isso significa, portanto, sublinhar o processo de formação de classes como fundamental para a análise sociológica. Em outras palavras, significa transformar a análise de classe no espaço teórico onde fatores objetivos e subjetivos, determinações e opções se combinam para constituir uma explicação; onde a objetividade é modificada pela intersubjetividade dos atores e onde as múltiplas determinações limitam as fronteiras além das quais os resultados já não são determináveis.

#### Interesses e Consciência

O marxismo, todavia, não desenvolveu uma teoria da subjetividade. A concepção de natureza humana de Marx, forjada no embate com a filosofia especulativa, cedeu lugar, nas obras de maturidade, a concepções históricas e econômicas que muitas vezes trouxeram implícitas as concepções essencialistas (Knights, 1990) e contratualistas (Levine e Wright, 1980) que ele criticara. O materialismo histórico, recriado por Cohen (1978), por exemplo, apresenta o mérito de ser claro e consistente com o "Prefácio" de 1859, mas explicita duas posições teóricas marxistas particularmente problemáticas: a suposição de que indivíduos e classes agem racionalmente de modo instrumental com respeito aos seus interesses; e a suposição de que eles são capazes de transformar esses interesses em práticas efetivas.

O que são esses interesses? Marx afirmou claramente que a classe trabalhadora tem interesses que não se manifestam nas preferências e nos objetivos explícitos de seus membros, mas são, ao contrário, definidos "em termos dos objetivos que eles deveriam ter se estivessem plenamente conscientes das causas, e dos possíveis remédios, de sua situação" (Elster, 1986:349). Dois problemas distintos decorrem de tal concepção. Primeiro, devemos nos perguntar se é metodologicamente correto imputar interesses aos atores sociais ao invés de identificar os interesses concretamente explícitos. Se isso for correto, quais são os

mecanismos através dos quais os agentes se tornam conscientes de interesses putativos? Segundo, devemos nos indagar sobre os meios de avaliar uma dada imputação de interesses.

A primeira questão, como sabemos, tem sido insistentemente levantada por liberais e pluralistas, que pretendem ver na imputação de interesses um procedimento não-verificável e não-empírico (Merelman, 1968), ou um procedimento que conduz a justificativas antidemocráticas e autoritárias (Schumpeter, 1961).

Contudo, como demonstram muitas críticas à tradição pluralista, o critério liberal de auto-atribuição de interesses parece totalmente insuficiente, simplista e incorreto. Não fosse por mais nada, confiar na autodefinição dos interesses seria ignorar situações elementares nas quais existe um claro desvio entre objetivos percebidos e objetivos racionalmente adequados. Além do mais, parece incorreto confundir interesses com preferências subjetivas pelo fato de que, embora seja impossível avaliar preferências subjetivas, é de todo bom senso que a identificação de interesses seja sempre uma matéria de discussão e de reflexão (Benton, 1980). Nesse sentido, a identificação de interesses envolve sempre "a aplicação de considerações gerais, padrões, princípios etc." (Benton, 1980:18). Além do mais, se tomássemos os interesses como dados, estaríamos eliminando do escopo da investigação empírica a origem mesma das preferências e dos desejos manifestos (Balbus, 1971). Deixaríamos de investigar as origens das percepções subjetivas precisamente porque estaríamos ignorando que preferências e desejos não se formam num vácuo social mas são, ao contrário, "um aspecto fundamental da formação geral das subjetividades pessoais e sociais, assim como de suas identidades" (Benton, 1980:14).

Os equívocos da análise pluralista têm sido apontados tanto por críticos marxistas como não-marxistas. Bachrach e Baratz (1962), por exemplo, abriram o caminho para as críticas mais radicais perpetradas por Lukes (1976), Benton (1980), Balbus (1971) e Offe e Wisenthal (1985). O que parece específico no marxismo recente é a busca de um terreno mais sólido sobre o qual imputar interesses objetivos, particularmente interesses de classe, sem que tal procedimento crie uma situação de não-verificabilidade ou conduza a posturas arbitrarias e autoritárias.

Certamente o marxismo tem um compromisso com a análise realista e racionalista, cujo pressuposto é que o comportamento manifesto dos agentes deverá, a longo prazo, corresponder ao comportamento racionalmente esperado, ou que, em sua ausência, será explicado em termos das razões que impossibilitaram tal correspondência. No presente caso, isso significa que o marxismo precisa explicar os mecanismos pelos quais a classe trabalhadora se torna consciente de interesses de classe, assim como as circunstâncias que inibem ou estimulam esses mecanismos.<sup>5</sup>

Se, portanto, a longo prazo, interesses manifestos e putativos não correspondem uns aos outros, fazem-se necessárias algumas correções teóricas, posto que a ciência, além de racional, deve ser também empírica. Isto significa que devemos explicar dados concretos em termos racionais. Ainda que faça sentido explicar o comportamento humano em termos de objetivos racionais, o único meio que a ciência tem para estabelecer esses objetivos é recorrer ao estudo do comportamento concreto motivado por interesses concretos.

Nesse sentido, devemos lembrar que as contribuições mais recentes ao marxismo questionam a idéia de que a classe trabalhadora tenha uma missão histórica, ou que tenha um interesse imanente na revolução socialista. Para chegar a essa conclusão, tais estudos foram precedidos por uma busca incessante de explicações racionais e materiais para o comportamento real e os interesses manifestos dos trabalhadores ocidentais nos últimos cem anos.

Przeworski (1977, 1979) e Offe e Wisenthal (1985) estão entre aqueles que buscaram mais persistentemente explicar as bases materiais da ação de classe. Eles puderam demonstrar, por exemplo, que existem bases racionais e materiais para o *consentimento da classe operária e a conseqüente hegemonia burguesa*, nas sociedades capitalistas avançadas. Demonstraram também a racionalidade e o condicionamento estrutural do oportunismo político dos trabalhadores.

De um lado, o exame a que Przeworski submete as instituições da democracia burguesa revela uma forma organizacional que, a um só tempo, avança os principais interesses econômicos da burguesia e regula os conflitos distributivos do capitalismo. Nessa forma organizacional, os lucros privados tornam-se um valor social proeminente, um interesse universal, enquanto os

salários permanecem um interesse particularístico de diversos grupos. Na prática das classes, o desenvolvimento material de cada grupo social depende do processo de acumulação de capital. O progresso de cada indivíduo depende dos lucros burgueses e do nível dos investimentos, enquanto os interesses econômicos das demais classes aparecem como subordinados. Nas palavras de Przeworski (1979:36):

“... a hegemonia é organizada como condições institucionais que permitem aos trabalhadores, cujo trabalho é extraído em cada momento sob a forma social de lucro, lutar de um modo particular pela distribuição do produto, cujo crescimento foi possibilitado por esse lucro.”

Offe e Wisenthal (1985:404), por outro lado, sugerem que há uma “maior probabilidade de que membros da classe trabalhadora venham a reconhecer sua percepção de interesses como errônea e distorcida do que o mesmo aconteça com membros da classe capitalista.” As raízes desta distorção jazem, em parte, no poder assimétrico das duas classes e dos seus conseqüentes impactos sobre os meios de comunicação, sobre o intervencionismo estatal, e sobre o uso de aparatos repressivos que tornariam ineficaz qualquer processo mais democrático de participação. Contudo, tais distorções derivariam, principalmente, da própria ambigüidade da posição dos trabalhadores no capitalismo, enquanto vendedores de uma mercadoria (a força de trabalho) que não é a rigor uma mercadoria mas um potencial humano. Assim, enquanto os interesses dos trabalhadores sofreriam dessas ambigüidades estruturais, a classe capitalista teria seus principais interesses inscritos nos mecanismos de mercado, organizados institucionalmente. A principal característica dos conflitos distributivos, portanto, é o fato de pressuporem a inserção institucional dos trabalhadores no capitalismo, tornando-os incapazes de alçar a mudança das regras do jogo no objeto dos conflitos sociais.

Marx, é certo, tinha a mesma opinião negativa a respeito da eficácia revolucionária das lutas econômicas e da ação sindical. Mas Marx, como Elster (1986) argumenta, estava convencido de que as lutas sobre questões econômicas conduziram inelutavelmente à confrontação política, e que esta induziria o estabelecimento de

metas revolucionárias. Na origem de seu raciocínio, há a idéia de que a acumulação capitalista está fadada a crises crescentemente insolúveis, e há a idéia de que a luta entre capital e trabalho é, em última análise, um jogo de soma zero que remove *qualquer base sólida para um compromisso de classe*. Essas idéias cegaram Marx e Engels para os exemplos contrafactuais dos trabalhadores ingleses e americanos, cuja aquiescência foi sistematicamente interpretada como um fenômeno transitório de flerte com o poder, de aburguesamento e de estreiteza política — atitudes que eles consideraram “subprodutos” do papel imperial da Inglaterra, da continuada colonização da América, ou tomaram simplesmente como corrupção e traição (Drapper, 1978). As mesmas idéias acharam eco na teoria leninista do imperialismo, que explicava tanto a falência da revolução quanto o comportamento conservador dos *trabalhadores ocidentais em termos da formação de superlucros imperiais e de seu “repasso” parcial para as camadas subordinadas*.

O que parece novo no marxismo recente, portanto, é o reconhecimento de que, dadas certas condições estruturais, o consentimento e o oportunismo, para ficar com as definições estritas dadas por Przeworski ou por Offe e Wisenthal, são estratégias plenamente racionais, apesar de instáveis, para a classe operária. Na medida em que essas condições mudam, as organizações operárias se vêem frente a distintas soluções para o dilema básico de escolha entre diferentes padrões organizacionais:

“O problema é que os trabalhadores não podem nem submeter-se inteiramente ao mercado, nem escapar do mercado. Pegos nessa armadilha, os trabalhadores e suas organizações se vêem envolvidos constantemente no processo bastante complicado de saber quais são seus interesses e como perseguí-los de uma maneira que não se torne autocontraditória e autodestrutiva” (Offe e Wisenthal, 1985:213)

Se os interesses políticos dos trabalhadores não são concebidos como necessariamente ligados à *derrocada do capitalismo*, e se as lutas econômicas que alargam a participação deles no produto social não *ameaçam necessariamente o capitalismo*, parece óbvio que a teoria social deve es-

forçar-se por esclarecer e explicar a formação dos interesses de classe dos trabalhadores, inclusive os seus interesses revolucionários.

Não surpreende, portanto, que estudos marxistas e não-marxistas venham igualmente enfatizando, há algum tempo, o papel desempenhado por fatores estritamente políticos — nacionais e internacionais — na *eclosão de revoluções sociais*. Trabalhos seminais como os de Barrington Moore (1966) e, mais recentemente, de Skocpol (1979) foram decisivos para restaurar a importância da análise de classe nos estudos sobre formação do Estado, crises de governo e revoluções. Nesses trabalhos, a mudança revolucionária resulta de um complexo processo de sobreposição de crises que destroem a liderança hegemônica da classe dominante, o sistema político, o governo e a economia. Soluções revolucionárias para crises dessa envergadura parecem *emergir apenas quando existe uma classe politicamente organizada, capaz de manipular condições internacionais favoráveis*.

#### Capacitação de Classe

Mesmo se definirmos mecanismos precisos pelos quais a percepção distorcida de interesses é corrigida por práticas ideológicas e políticas, permanece a questão da conversão dos interesses adquiridos em práticas efetivas e eficazes. Na sua crítica ao materialismo histórico reconstruído por Cohen, Levine e Wright (1980:58) observam:

“... não se pode desenvolver um relato adequado da história humana apenas com referência aos interesses individuais ou de classe. É crucial, ademais, que se determine como esses interesses se traduzem em *capacitação de classe (class capacities)*.”

A *indistinção conceitual entre interesses e capacitação* deve-se, segundo eles, aos “resíduos contratualistas” que *sustentam pressupostos sobre a racionalidade e a ação humanas que jamais se explicitaram teoricamente*. As mordazes críticas de Marx às “robinsonadas” dos economistas clássicos não teriam tido, a esse respeito, outro efeito que o de *encobrir a própria “noção vulgar” de natureza huma-*

na a que Marx recorreu nos seus escritos sobre o materialismo histórico.

De qualquer modo, a idéia de que não se pode confundir os interesses com a capacidade efetiva das classes já aparece explícita em alguns trabalhos que realçaram a complexidade do processo de conscientização de classe. Ollman (1972), no particular, distinguiu vários passos neste processo, listando quatro que tratam especificamente da tradução de interesses em práticas. Segundo ele, para que os trabalhadores adotassem um comportamento revolucionário, deveriam acreditar a) que sua situação poderia realmente melhorar; b) que essa melhora poderia se realizar através dos meios a seu dispor; c) que a estratégia de seu partido era correta; d) que os benefícios esperados compensavam o risco da ação.

Muitas das questões levantadas pelo conceito de consciência de classe são questões teóricas cruciais, que só podem ser devidamente colocadas no âmbito de teorias mais amplas como a teoria da ideologia, da ação coletiva e da formação de classe.

Therborn (1982), por exemplo, conceituou as dimensões da subjetividade social e fez contribuições importantes para o entendimento de como as práticas e as experiências são vivenciadas socialmente, produzindo seres humanos com identidades que se baseiam em interpelações concorrentes. De acordo com suas idéias, as identidades sociais não são jamais produtos acabados mas, ao contrário, são uma articulação de princípios ideológicos contraditórios em constante processo de reformulação. Tal processo é uma consequência das práticas sociais que questionam a coerência entre essas identidades sociais.

A mesma noção reaparece em importantes estudos sobre práticas hegemônicas que expressam o amalgamento de interesses no curso das lutas sociais e das alianças de classe (Laclau, 1977; Anmízade, 1981; Sewell, 1980; Sabel, 1984).

Entre os marxistas que vêm trabalhando com estratégias de "escolha racional" e com os microfundamentos da ação coletiva, a ênfase é posta tanto sobre as condições externas para a cooperação — tais como o tamanho do grupo, a mobilidade geográfica, a homogeneidade cultural, a rede de comunicações e os recursos — quanto sobre condições internas, como

a "tecnologia da ação coletiva" (Elster, 1986). Esses fatores funcionariam como modificadores da disposição dos indivíduos para agir coletivamente em defesa de interesses comuns.

Para todos estes autores, as práticas de classe — i.e., as práticas sociais de grupos que perseguem interesses de classe — longe de pressupostos do discurso teórico, são objetos problemáticos, cuja própria constituição depende da "disponibilidade de recursos para a ação", para usar a terminologia consagrada por Tilly (1978).

Mas, mesmo quando a formação das classes é teoricamente assimilada à problemática da formação de sujeitos coletivos, resta ainda o fato fundamental de que a formação desses coletivos é delimitada por relações estruturais. Que relações são essas? Serão as relações de exploração condições necessárias e suficientes para definir uma estrutura de classe?

#### Classes, Exploração e Exclusão Social

Nenhuma teoria foi tão criticada na última década quanto a teoria do valor-trabalho, sustentáculo da concepção marxiana de exploração. Nenhuma revisão, em compensação, foi mais radical.

Do ponto de vista matemático, resolveu-se com Sraffa (1960) o problema da transformação de valores em preços. A solução de Sraffa, entretanto, não garantiu à categoria "trabalho" nenhuma centralidade; ao contrário, demonstrou que toda e qualquer mercadoria pode funcionar como "equivalente geral" num sistema de trocas, sendo, portanto, arbitrária a sua eleição. Não há, segundo Sraffa, nenhuma necessidade técnica de substituir o conceito de "preço" pelo conceito de "valor".

O debate que se seguiu (Steedman, 1978) foi decisivo para fortalecer, entre os marxistas, a idéia de que, pelo menos em termos de economia, a teoria do valor-trabalho era insustentável. Particularmente contundentes foram as críticas de Gintis e Bowles (1981). Segundo eles, "ao extirpar as práticas políticas e culturais da constituição interna do 'econômico', a teoria do valor-trabalho reduz o escopo da produção capitalista a uma área restrita e pobre da variedade de práticas que, conjuntamente, determinam a dinâmica da acumulação". Ou seja, tratar-se-ia de um tratamento *economicista* do econômico. As



raízes do economicismo proviriam de dois fatos:

[a] “ao representar o trabalho como o valor de uso da força de trabalho, a teoria abstrai as práticas políticas e culturais da classe trabalhadora e reduz a dinâmica da produção capitalista aos imperativos das relações de propriedade e de troca de mercadorias”; [b] “representa a força de trabalho como uma mercadoria, abstraindo a articulação, teoricamente indispensável, de estruturas radicalmente distintas — a família e o estado”.

A teoria do valor-trabalho seria, assim, “má Economia”: uma fastidiosa teoria sobre as condições técnicas da produção e a estrutura de salários, preços e lucros. Teria, enfim, os mesmos defeitos da teoria marginalista.

Nesse debate, os ortodoxos não fizeram mais que repetir alguns argumentos clássicos: (a) A economia neo-ricardiana (Sraffa) seria rica em álgebra e pobre em teoria, para usar o subtítulo de um artigo de Shaikh (1982); (b) a Economia Política não seria apenas uma técnica, mas uma ciência social, com fundamentos filosóficos e um método objetivista (não individualista), sendo por isso fundamental manter-se a centralidade do conceito de trabalho — o mesmo argumento de Hilferding (1975), repetido, entre outros, por Wright (1979a).

Um desdobramento interessante da falência da teoria do valor-trabalho pode ser encontrado na crítica de Lautier (1979:6-7) ao conceito de “força de trabalho”. Para ele, seria logicamente incoerente conceber a força de trabalho como mercadoria pois o seu valor não poderia ser igual ao valor dos bens de consumo do trabalhador. A contradição residiria no fato de que, ao contrário do valor das demais mercadorias,

“no caso da força de trabalho, as coisas se passam diferentemente: o valor dos bens de consumo já foram *realizados* previamente à produção da força de trabalho, e esses bens são, no âmbito doméstico, não-valores. A venda da força de trabalho, se fosse a realização de um valor, seria a segunda realização de um mesmo valor (a dos bens de consumo) sem que nada, nenhum processo de trabalho socialmente reconhecido, tenha se passado entre essas duas realizações”.

Já para um filósofo, como Cohen (1981), as relações entre a teoria do valor-trabalho e o conceito de exploração são irrelevantes. Para ele, pode-se sustentar que há exploração ainda quando se aceite (a) que o trabalho não cria valor e (b) que o trabalho socialmente necessário não seja a medida do valor. Para tanto seria suficiente afirmar que (a) apenas os trabalhadores produzem os bens que são trocados com base em valor; (b) o capitalista recebe parte do valor do produto; (c) os trabalhadores recebem menos valor do que o valor do produto que eles produziram; (d) o capitalista extrai algum valor do produto que os trabalhadores produziram.

Entre os sociólogos não-marxistas, as críticas se concentraram sobre a concepção de exploração, articulando-se em torno de quatro eixos (Murphy, 1985): o economicismo da teoria do valor-trabalho e sua incapacidade de compreender a determinação política dos preços; a estreiteza do conceito de trabalho produtivo; o desconhecimento de importantes formas de dominação não-capitalistas (patriarcais, raciais, étnicas, profissionais, etc.); a incompreensão do fenômeno da exclusão social.

Murphy (1985:226) chama a atenção para o fato de que o conceito de exploração “vê apenas como vítimas os trabalhadores que produzem mercadorias pelas quais são pagos, não enxergando aqueles grupos excluídos de todo o campo das relações de produção, troca e consumo”. Para ele, a noção de exploração que se respalda na teoria do valor-trabalho só abarca um conjunto muito pequeno do fenômeno mais geral que Weber teorizou como clausura social:

“A clausura excludente envolve o exercício do poder em direção descendente, através de um processo de subordinação no qual um grupo se assegura de vantagens ao fechar oportunidades a um outro grupo que ele define como inferior ou inegável” (Murphy, 1985:234).

A crítica de Parkin é igualmente abrangente. Reconstruindo a noção de clausura social a partir de Weber (1978:43-6, 302-7, 339-48, 635-40, 926-55), ele propõe:

“Weber entendia por clausura social o processo pelo qual as coletividades sociais procuram maximizar recompensas restringindo o acesso a re-

cursos e oportunidades a um limitado círculo de eleitos. Isto implica assinalar um certo número de atributos físicos ou sociais como base justificatória da exclusão. Weber sugere que virtualmente qualquer atributo grupal — raça, língua, origem social, religião — pode ser apropriado desde que possa ser usado para a monopolização de oportunidades específicas, usualmente econômicas. Tal monopolização é dirigida contra competidores que partilham alguma característica positiva ou negativa; seu propósito é sempre subtrair oportunidades sociais e econômicas a *estranhos*" Parkin (1979:44).

Parkin esforça-se, contudo, ao contrário de Murphy, para preservar a tradição "que coloca o conceito de exploração no âmago da análise de classe". Para tanto, ele promove explicitamente uma ampliação do conceito marxista clássico. Em suas palavras,

"[...] na medida em que formas excludentes de clausura resultam no uso vertical do poder, criando portanto formações sociais subordinadas, elas podem ser vistas, por definição, como formas de exploração. Exploração aqui define o nexos entre classes ou outras coletividades que estão numa relação de dominação e subordinação, não importa sobre que base social" (Parkin, 1979:46).

O fato dessa fusão conceitual denotar uma motivação moral não parece atemorizar Parkin, que, ao contrário, quer justamente explicitar tal motivação:

"Alargar o significado do conceito para abarcar outras relações de dominação e sujeição além daquelas entre capital e trabalho, não assinala por isso um trânsito de um uso científico e técnico para um uso moralista; o conceito de exploração tem um conteúdo moral que independe do modo como é usado; e é preferível que isso fique meridianamente explícito" <sup>6</sup> (Parkin, 1979:47).

Parkin identifica e analisa dois mecanismos principais de enclausuramento excludente (ou de exploração) — a propriedade dos meios de produção e as quali-

ficações e diplomas acadêmicos e profissionais — cujos beneficiários, segundo ele, formam os principais componentes das classes dominantes no capitalismo moderno. Ele segue, quanto a isso, os estudos de Bourdieu (1979), que inclui os detentores de capital cultural lado a lado com os capitalistas *stricto sensu*, ainda que prefira alargar a noção de propriedade ao invés de ampliar o conceito de exploração.

A mesma ampliação do conceito de propriedade está na base da teoria econômica da exploração formulada por Roemer (1982), que conceitua como *ativos econômicos* (*economic assets*) (i) os meios de produção, (ii) as qualificações, (iii) a força de trabalho e (iv) os meios de organização, esses últimos uma extensão proposta por Wright (1985). Enquanto Marx define exploração em termos de extração de sobretrabalho, pressupondo algum tipo de dominação ao nível da produção, Roemer a concebe como simples resultado da distribuição desigual de ativos econômicos e deriva as classes sociais dessa desigualdade, sem qualquer referência às relações de dominação nos locais de trabalho.

Assim, as idéias de Roemer <sup>7</sup> introduziram na análise marxista pelo menos duas teses heterodoxas: a de que a dominação na esfera produtiva não é necessária para a extração de sobretrabalho e a de que as relações de mercado são suficientes para caracterizar relações de classe. A primeira tese rompe com a equação clássica "exploração = extração de mais valia = despotismo fabril" sobre a qual se baseara, até então, a sociologia do trabalho marxista, para a qual o controle sobre o dispêndio produtivo da força de trabalho seria o fundamento do modo de produção capitalista (Braverman, 1974). A segunda tese contradiz a crença de que as concepções marxista e weberiana de classes se assentam sobre espaços econômicos distintos, a saber, respectivamente, a esfera da produção e a esfera do mercado (Wright, 1979).

Para Roemer, a noção marxista procura dar conta do fenômeno da troca desigual (apropriação de sobretrabalho) sob a aparente igualdade das relações salariais. A teoria do valor-trabalho teria servido a Marx justamente para prover uma demonstração científica daquela desigualdade. A presença ou ausência de dominação, seja no local de trabalho, seja como "coerção extra-econômica" seria, portanto, secundária. O que Roemer demonstra, todavia, é

que o fenômeno da troca desigual é mais abrangente do que o que Marx supunha.

Insatisfeito com a abordagem clássica que define exploração a partir da teoria do valor-trabalho, Roemer desenvolve uma segunda via, baseada na teoria dos jogos. Essa abordagem consiste em tratar diferentes formas de organização da produção como jogos, cujos participantes possuem diferentes tipos de recursos (ativos) que lançam no mercado para gerar rendimentos, seguindo determinadas regras. Segundo Roemer, a coalizão de atores *S* será considerada explorada e uma outra coalizão *S'*, que lhe é complementar será exploradora se as seguintes condições forem preenchidas: "(1) Há uma alternativa, que concebemos como hipoteticamente plausível, na qual *S* estaria numa situação melhor que a presente. (2) Nessa alternativa, o complemento de *S*, a coalizão *S'*, ficaria em situação pior" (Roemer, 1982:194).

Essas duas condições, entretanto, traduzem apenas as condições em que se pode tecnicamente falar de "transferência de valor" entre as coalizões. Roemer dá alguns exemplos absurdos de jogos entre coalizões de ricos e pobres em que existe transferência de valor na direção dos ricos para os pobres, o que demonstra não apenas a insuficiência dessas duas condições, mas os inconvenientes de se adotar o trabalho como medida de valor. Esses exemplos fazem Roemer estabelecer uma terceira condição: "*S* está numa relação de subordinação a *S'*, sendo que dominação nesse contexto deve ser entendida como implicando que *S'* impede *S* de se retirar para um jogo alternativo".

Essas três condições juntas ainda não satisfazem, rigorosamente, a definição de exploração dada por Wright (1985:65): "Descrever uma desigualdade como resultado de exploração é afirmar que existe um tipo particular de relação causal entre os rendimentos de diferentes atores. [Ou seja,] os ricos são ricos porque os pobres são pobres". Isto porque, como bem argumenta Wright, impedir uma coalizão de retirar-se para um jogo alternativo significa apenas "opressão econômica" (exclusão social na linguagem dos neoweberianos). Para ele, opressão (como acontece nos casos de desemprego crônico) diferenciava-se de exploração porque:

"No caso de opressão econômica, a classe opressora tem apenas interesse em proteger seus direitos de pro-

priedade; no caso de exploração ela tem também interesse na atividade produtiva e nos esforços dos explorados. No caso de opressão econômica, os interesses materiais dos opressores não seriam feridos se todos os oprimidos simplesmente desaparecessem ou morressem. No caso de exploração, por outro lado, a classe exploradora necessita da classe explorada. Os exploradores seriam atingidos se os explorados desaparecessem. A exploração une, portanto, exploradores e explorados de um modo que a opressão não faz necessariamente. É essa combinação particular de antagonismo de interesses materiais e interdependência que empresta um caráter distinto à exploração e que faz da luta de classes uma força potencialmente explosiva" (Wright, 1985:75).

A estratégia geral de Roemer, desenvolvida por Wright, é definir as diferentes regras de retirada para jogos alternativos que caracterizam os diferentes tipos de exploração, os quais se baseiam na monopolização de um tipo especial de ativo econômico: feudal (força de trabalho); capitalista (meios de produção); socialista (qualificações); e estatista (meios de organização). O que diferencia a exploração feudal da exploração capitalista é que, no primeiro caso, a coalizão dominada estaria em situação melhor se se retirasse com seus ativos pessoais, enquanto que no segundo caso, sob o capitalismo, tal situação só ocorreria se ela se retirasse com sua porção *per capita* do conjunto dos ativos sociais.

Uma boa forma de ajuizar a força relativa das explicações neoweberianas e neomarxistas é comparar o tratamento dado por ambas à forma de exploração própria aos profissionais. Para os marxistas, a exploração baseada em qualificações tem como regra de retirada

"deixar o jogo com sua porção *per capita* de ativos inalienáveis (aproximadamente equivalentes a talentos e qualificações). Uma coalizão será considerada socialisticamente explorada se melhorar sua posição ao se retirar com seus talentos e qualificações *per capita* e a coalizão complementar ficar pior sob estas circunstâncias. Isso implica que as pessoas com altas qualificações num dado jogo recebem

uma alta remuneração, não simplesmente porque tenham altas qualificações, mas por causa do diferencial de qualificação entre os atores. Os altamente qualificados ficariam pior se os desqualificados se qualificassem; eles têm pois interesse em manter o diferencial de qualificação, e é isso que sustenta o argumento de que seus rendimentos refletem exploração” (Wright, 1985:70).

O argumento de Wright é de que “as pessoas com qualificação rara recebem rendimentos acima dos custos de produzir tal qualificação” e que seria esse componente de ‘renda’ no salário que constituiria a exploração.

Parkin (1979:54), por outro lado, define do seguinte modo a exploração perpetuada por profissionais:

“O uso de diplomas para fins de enclausuramento... tem sido feito por um crescente número de ocupações de colarinho branco em suas tentativas de atingir o *status* de profissões. A profissionalização pode ser entendida como uma estratégia que objetiva, entre outras coisas, a limitar e controlar a oferta de debutantes numa ocupação de modo a salvaguardar e elevar o seu valor de mercado”.

Para ele, a monopolização de certas oportunidades de vida fica clara quando se constata que há uma certa linha de transmissão familiar dessas qualificações:

“Qualificações formais e diplomas parecem ser um engenhoso artifício para assegurar àqueles aquinhoados com maior ‘capital cultural’ melhores chances de transmitir aos seus filhos os benefícios do *status* profissional. Os diplomas são geralmente concedidos com base em testes que medem certas qualidades e atributos intimamente relacionados à classe, ao invés daquelas habilidades e aptidões práticas que dificilmente seriam transmitidas por linha familiar” (Parkin, 1979:55).

Pode-se ver em Wright, ao contrário de Parkin, o cuidado de estabelecer um nexo causal entre a riqueza dos profissionais e a pobreza dos não-profissionais, de modo a caracterizá-la como fruto de exploração.

Para ele, se toda forma de exploração pressupõe um certo enclausuramento excludente, para usar a terminologia neoweberiana, o contrário não é necessariamente verdadeiro. Muitas formas de exclusão social, inclusive aquelas mais agudas, que atingem os desempregados permanentes, não podem ser teorizadas como uma relação de exploração, posto que envolvem pessoas que não produzem. Para ele, a condição de dominação estabelecida por Roemer têm vigência apenas entre os participantes de uma mesma forma de organizar a produção e não entre o conjunto dos membros de uma sociedade. Ou seja, profissionais só podem explorar empregados não-profissionais, assim como capitalistas só podem explorar trabalhadores empregados — a exclusão social, em si mesma, seria apenas uma forma de opressão.

Com Elster (1986-173-4), o empreendimento marxista pode até mesmo prescindir de toda e qualquer idéia de totalidade funcional, tanto quanto de qualquer relação de ordem individualista:

“(i) Exploração e classe são modalmente definidas, de tal modo que a situação de exploração e a pertinência de classe não podem ser estabelecidas apenas pela observação de condutas concretas; (ii) Exploração é uma propriedade de indivíduos ou de economias inteiras, não da relação entre indivíduos; (iii) Exploração se restringe a um ambiente puramente estático, ignorando tanto o passado dos dotes individuais, quanto o futuro das rendas daí derivadas; (iv) Restringe-se também a um ambiente plenamente competitivo, ignorando as formas que a exploração adquire em ‘mercados estreitos’”.

A ampliação do conceito de propriedade perpetrada por Roemer e seguida por Wright encontra, todavia, objeções entre aqueles que acham que “mesmo esse sentido inclusivo representa apenas uma forma específica, entre muitas, de enclausuramento excludente. Formas alternativas de clausura, além do capital cultural e produtivo, podem ser igualmente efetivos em produzir formação de classe e dominação política” (Parkin, 1979-59).

Tais autores prefeririam abandonar de vez o terreno do marxismo para trilhar os caminhos abertos pelo vocabulário do enclausuramento, que capturaria “de modo

mais adequado a similitude essencial entre fenômenos de outro modo tão diferentes". Para eles, seria

"preferível, portanto, reter o sentido estrito e convencional do termo propriedade como uma forma de clausura excludente sobre recursos produtivos e tratar os diplomas, junto com filiação partidária, características raciais, linhagens, etc., como outras tantas distintas bases de enclausuramento" (Parkin, 1979:60).

De qualquer modo, autores como Roemer e Wright tiveram a coragem de estender os limites da teoria marxista da exploração, retirando daí importantes conclusões para a teoria das classes, mesmo quando suas idéias permaneceram excessivamente referidas a analogias. Darei apenas, para concluir, dois exemplos adicionais.

O primeiro refere-se ao debate já clássico sobre as fronteiras de classe (a definição da classe média) que atravessou os anos setenta e oitenta. Para a conceituação das classes médias (profissionais e executivos, principalmente), a nova teoria da exploração de Roemer forneceu uma nova argumentação: o controle sobre qualificações e meios de organização forneceria a base material de uma nova classe. Essa concepção da posição estrutural de profissionais e gerentes, conduziu um marxista, como Wright (1985:89), em outros aspectos tão ortodoxo, a admitir que "uma das conseqüências desta reconceituação das classes médias é que não se pode mais admitir como axioma que o proletariado seja o único nem mesmo, talvez, o mais importante rival da burguesia na disputa pelo poder na sociedade capitalista".

O segundo exemplo refere-se aos tratamentos alternativos sugeridos pelo mesmo Wright (1985:127) para explicar a exploração de mulheres e outras "minorias" no mercado de trabalho, assimilando a situação feminina, ora à exploração socialista (através de qualificações), ora à exploração feudal.

No primeiro caso,

"Credenciais não precisam se constituir em reais qualificações para um emprego: elas simplesmente necessitam restringir a oferta de um tipo particular de força de trabalho. A segregação sexual das ocupações pode funcionar de modo idêntico ao "superpo-

voar" de mulheres certas poucas categorias e reduzir a competição em certos empregos ocupados por homens".

No segundo caso,

"A discriminação sexual pode ser conceituada como uma forma truncada de exploração feudal. Com efeito, não há posse igualitária de força de trabalho se um gênero não tem possibilidade de usá-la livremente como os outros agentes".

A extensão patrocinada pelos neomarxistas no conceito de propriedade é pois uma tentativa de incluir na análise de classes fenômenos de desigualdade social que se acumulam por sobre a relação entre capital e trabalho. Se, do ponto de vista analítico, essa extensão tem a virtude de diferenciar tipos diversos de exploração econômica, não parece, contudo, suficientemente abrangente para explicar o desenvolvimento autônomo das desigualdades sociais. Do mesmo modo, a tentativa neoweberiana de expandir o conceito de exploração para além do seu terreno econômico, se tem a virtude de reafirmar o caráter social da exploração, parece ter o inconveniente de obscurecer a demarcação entre as suas diferentes modalidades.

## Conclusões

Retomemos, para finalizar, algo que me parece básico no marxismo dos anos oitenta. Refiro-me ao fato de que a teoria das classes assemelha-se, cada vez mais, a uma teoria da ação coletiva, perdendo suas preocupações revolucionárias e essencialistas. Além de permanecerem como importantes categorias explicativas na análise política, as classes tornam-se plenamente objetos de explicação sociológica. Os antecedentes de tal posição podem ser encontrados na obra pioneira de Thompson (1958, 1978), que colocou as "lutas de classe" como momento constitutivo das classes, privilegiando os processos históricos de sua formação.

Perdido o objetivo revolucionário (que pressupunha o sujeito coletivo, ao invés de explicá-lo), coube ao marxismo contemporâneo justificar a centralidade teórica da noção de classe e explicar por que, afinal,

conflitos sociais entre coletividades tão particulares seriam "lutas de classe".

Dois diferentes justificativas foram apresentadas no decorrer desse texto. A primeira delas foi avançada por Wright (1985), para quem apenas uma teoria da história (o materialismo histórico), i.e., uma teoria da evolução das sociedades humanas, justifica a centralidade que as classes devem desfrutar na explicação sociológica. Essa resposta, entretanto, apresenta dois inconvenientes do ponto de vista empírico, o materialismo histórico é bastante vulnerável, posto que não se pode demonstrar de um modo culturalmente significativo nenhuma linha evolutiva das sociedades humanas; do ponto de vista lógico trata-se de uma petição de princípios supor uma trajetória histórica que se quer construída por sujeitos (classes) cuja ação é abstraída pela teoria que postula tais sujeitos.

A segunda justificativa, elaborada por Przeworski (1977) valendo-se das instigantes colocações thompsonianas e gramscianas, denota mais consistência e refinamento. Para Przeworski, a primazia explicativa das classes, que faz com que conflitos particulares entre grupos específicos sejam lidos teoricamente como "lutas de classe", repousa tão somente no postulado metodológico segundo o qual só os conflitos entre ocupantes de "lugares" econômicos são capazes de imprimir uma direcionalidade à história das sociedades humanas. Assume-se, assim, explicitamente, o

pressuposto da centralidade teórica da noção de "trabalho".

Mas uma terceira justificativa, não-marxista, que troque a circularidade por certo empirismo ainda é possível. Para Bourdieu (1979), por exemplo, as classes (no papel) são construções teóricas cuja realidade e eficácia repousam nas classificações feitas pelos próprios agentes sociais. Nessa perspectiva, a importância relativa das classes sociais frente a outras classes (de idade, de gênero, de etnia, etc.) é construída pela guerra incessante de classificação e de nomeação que travam os agentes sociais, não podendo se sustentar senão na própria primazia, em algumas sociedades concretas, dessa forma de classificar. Se a análise que Bourdieu faz da distinção e do gosto estiver correta, talvez as classes não estejam afinal tão mortas no imaginário coletivo das sociedades capitalistas.

Enfim, qualquer que seja a justificativa, para a sociologia atual, as classes são uma "formação social" (uma coletividade cuja ação deve ser explicada em seus motivos, eficácia, sentido e resultado) e são também, quando não agentes, constelações de sentido que fornecem parâmetros simbólicos estruturais à ação individual ou grupal.

(Recebido para publicação em março de 1991)

#### Notas

1. Essa caracterização está cada vez mais sendo posta à prova pela metodologia individualista dos marxistas analíticos que têm trabalhado com estratégias de escolha racional na análise de classe. Ver, por exemplo, Roemer (1982) e Elster (1986).

2. "[...] No que me concerne, não me cabe o mérito de haver descoberto, nem a existência das classes, nem a luta entre elas. Muito antes de mim, historiadores burgueses já haviam descrito o desenvolvimento histórico dessa luta entre as classes, e economistas burgueses haviam indicado sua anatomia econômica. O que eu trouxe de novo foi: 1) demonstrar que a existência das classes está ligada somente a determinadas fases de desenvolvimento da produção; 2) que a luta de classes conduz, necessariamente, à ditadura do proletariado; 3) que essa própria ditadura nada mais é que a transição à abolição de todas as classes e a uma sociedade sem classes [...]" (Marx, 1963).

3. "Classes são grandes grupos de pessoas que diferem umas das outras pela posição que ocupam num sistema social de produção historicamente determinado, pela sua relação (em muitos casos fixa e expressa em lei) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelas dimensões e pelos métodos de adquirir a parte da riqueza social de que dispõem. Classes são grupos de pessoas que podem se apropriar do trabalho uma das outras devido à posição que ocupam num sistema definido de economia social" (Lenin, 1947).

4. As versões de materialismo histórico apresentadas por Cohen (1978) e Wright (1983) são bons exemplos dessas duas concepções.
5. Essa frase pretende sugerir que existe um desvio real entre interesses putativos e interesses percebidos. Não significa de modo algum que os interesses de classe estejam definidos previamente às práticas sociais.
6. A respeito do aspecto moral implícito na teoria da exploração, ver Wood (1980); Husami (1980); Levine (1982).
7. A revista *Politics & Society*, 3:11 (1982) foi dedicada ao debate das idéias de Roemer, compilando, entre outras, as primeiras reações de Elster, Przeworski, Wright e Levine.

### Bibliografia

- Althusser, Louis.  
1967. *Análise Crítica da Teoria Marxista*. Rio, Zahar.
- Anmizade, Ronald.  
1981. *Class, Politics and Early Industrial Capitalism*. Binghamton, S.U.N.Y. Press.
- Bachrach, P. Baratz, M.S.  
1962. "The Two Faces of Power", *American Political Science Review*, 56:947-52.
- Balbus, Issac D.  
1971. "The Concept of Interest in Pluralist and Marxian Analysis", *Politics and Society*, 1:151-77.
- Balibar, Etienne.  
1972. "The Basic Concepts of Historical Materialism", Louis Althusser and Etienne Balibar, *Reading Capital*, London, New Left Books.
- Barrington Moore, Jr.  
1966. *The Social Origins of Dictatorship and Democracy*. Boston, Beacon Press.
- Benton, T.  
1980. "Objective Interests and the Sociology of Power", University of Essex. *mimeo*.
- Bourdieu, Pierre.  
1979. *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*, Les Editions de Minuit, Paris.
- Braverman, H.  
1974. *Labor and Monopoly Capital*, New York, Monthly Review Press.
- Bukharin, N.  
1926. *Historical Materialism, A System of Sociology*. Allen and Unwin London.
- Cohen, G. A.  
1978. *Karl Marx's Theory of History: A Defence*. Princeton, Princeton University Press.
- Cohen, G.A.  
1981. "The Labour Theory of Value and the Concept of Exploitation", Marshal Cohen, Thomas Nagel and Tomas Scanlon (eds.) *Marx, Justice and History*, Princeton, Princeton University Press.
- Dahrendorf, Ralf.  
1959. *Class and Class Conflict in Industrial Society*. London, Routledge and Kegan Paul.

- Draper, Hal.  
1978. *Karl Marx's Theory of Revolution*. New York and London: Monthly Review Press.
- Elster, John.  
1986. *Making Sense of Marx*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Gintis, H. e Bowles, S.  
1981. "Structure and practice in the labor theory of value", *The Review of Radical Political Economy*, 12:4, Riverside, URPE.
- Gramsci, Antonio.  
1978. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Gray, Robert.  
1974. "The Labour Aristocracy in the Victorian Class Structure". In Frank Park (ed.). *The Social Analysis of Class Structure*, Tavistock Publications, London.
- Husami, Ziyad.  
1980. "Marx on Distributive Justice", Marshal Cohen, Thomas Nagel and Tomas Scanlon (eds.) *Marx, Justice and History*, Princeton, Princeton University Press.
- Hilferding, Rudolf.  
1975. "Bohm-Bawerk's criticism of Marx", Paul Sweezy (ed.) *Karl Marx and the Close of his System & Bohm-Bawerk's criticism of Marx*. London, The Merlin Press.
- Knights, David.  
1990. "Subjectivity, Power and the Labour Process", David Knights and Hugh Willmott (eds) *Labour Process Theory*, London, MacMillan.
- Laclau, Ernesto.  
1977. *Politics and Ideology in Marxist Theory*. London, New Left Books.
- Lautier, Bruno.  
1979. "Travail Salarié, Socialisation du Travailleur, et Statut de la Force de Travail", UFPB, manuscrito.
- Levine, Andrew.  
1982. "Marx on Justice", *Politics and Society*, Number 11, 3.
- Levine, A, and Wright, E.  
1980. "Rationality and Class Struggle" *New Left Review*, n. 123.
- Lenin, V.I.  
1947. "A Great Beginning", *The Essentials of Lenin*. London, Lawrence and Wishart.
- Lukes, Steven.  
1976. *Power: A Radical View*. MacMillan London.
- Marx, Karl.  
1963. "Carta a J. Weydemeyer em New York, 5 de Março de 1852", Marx e Engels, *Obras Escolhidas*, Rio, Vitória.  
1963a. "O Dezoito Blumário de Luis Bonaparte", Marx e Engels, *Obras Escolhidas*, Rio, Vitória.
- Merelman, R.M.  
1968. "On the Neo-Elitist Critique of Community Power", *American Political Science Review*, 62:451-60.



- Murphy, Raymond.  
1985. "Exploitation or Exclusion?". *Sociology*, Vol. 19, n.º 12, pp. 225-243.
- Offe, C. and Wiesenhal, H.  
1985. "Two Logics of Collective Action", Claus Offe, *Disorganized Capitalism*. Cambridge The MIT Press.
- Ollman, Bertell.  
1972. "Toward Class Consciousness in the Working Class", *Politics and Society*, 3:1-24.
- Ossowski, Stanislaw.  
1964. *Estrutura de Classe na Consciência Social*. Rio, Zahar.
- Parkin, Frank.  
1979. *Marxism and Class Theory: A Bourgeois Critique*, London, Tavistock.
- Poulantzas, Nicos.  
1973. *Political Power and Social Class*, London, New Left Books.  
1978. *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*, Rio, Zahar.
- Przeworski, Adam.  
1977. "From Proletariat Into Class: The Process of Class Formation from Karl Kaustki's 'The Class Struggle' to Recent Debates", *Politics and Society* 7:4.
- Przeworski, Adam.  
1979. "The Material Bases of Consent: Economics and Politics in a Hegemonic System", Maurice Zeitlin (ed) *Political Power and Social Theory*, Vol. 1, JAI Press.  
1988. "Marxismo e escolha racional", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.º 6.
- Roemer, John.  
1982. "New Directions in the Marxist Theory of Exploitation", *Politics and Society*, Number 11, 3:253-87.
- Sabel, Charles F.  
1984. *Work and Politics: The Division of Labor in Industry*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Schumpeter, J.A.  
1961. *Capitalism, Socialism and Democracy*, London, Allen and Unwin.
- Sewell, William H.  
1980. *Work and Revolution in France: The Language of Labor from the Old Regime to 1848*. New York, Cambridge University Press.
- Shaikh, Anwar.  
1982. "Neo-Ricardian Economics: a Wealth of Algebra, a Poverty of Theory". *The Review of Radical Political Economics*, Volume 4, n. 12, Riverside, URPE.
- Skocpol, Theda.  
1979. *States & Social Revolutions*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Sraffa, Pierro.  
1960. *The Production of Commodities by Means of Commodities: Prelude to a Critique of Economic Theory*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Steedman, Ian.  
1978. *Marx after Sraffa*. London, New Left Books.

- Therborn, Goran.  
1982. *The Power of Ideology and the Ideology of Power*. London, New Left Books.
- Thompson, E. P.  
1958. *The Making of The English Working Class*. London, Vintage.  
1978. "Eighteenth-Century English Society: Class Struggle without Class?", *Social History*, III, n.º 2.
- Tilly, Charles.  
1978. *From Mobilization to Revolution*, Reading, Mass., Addison-Wesley.
- Weber, Max.  
1978. *Economy and Society*, Berkeley, University of California Press.
- Wood, Allen.  
1980. "The Marxian Critique of Justice" e "Marx on Right and Justice: A Reply to Husami", Marshal Cohen, Thomas Nagel and Tomas Scanlon (eds.) *Marx, Justice and History*, Princeton, Princeton University Press.
- Wright, Erik Olin.  
1979. *Class Structure and Income Determination*. New York, Academic Press.  
1979a. "The Value Controversy and Social Research", *New Left Review*, n. 16.  
1982a. "The Status of the Political in the Concept of Class Structure", *Politics and Society*, Number 11, 3:321-41.  
1983. "Giddens's Critique of Marxism", *New Left Review*, n. 139.  
1985. *Classes*. London, Verso.